



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

ELÍ MELO COSTA

**O ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS AUTISTAS NO ENSINO MÉDIO DA
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ABEL FREIRE COELHO (2017)**

MOSSORÓ

2017

ELÍ MELO COSTA

**O ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS AUTISTAS NO ENSINO MÉDIO DA
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ABEL FREIRE COELHO (2017)**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Orientadora: Profa. Ma. Gilberliane Mayara Andrade de Melo.

MOSSORÓ

2017

**O ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS AUTISTAS NO ENSINO MÉDIO DA
ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ABEL FREIRE COELHO (2017)**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Defendida em: 01/07/2017.

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

O presente texto tem como objetivo analisar como é feito o acompanhamento dos alunos autistas, no Ensino Médio da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho em Mossoró/RN, no ano de 2017. Para a realização deste trabalho foi feito um questionário com alguns profissionais que atuam na referida escola, como a diretora, a professora do AEE, professor de matemática e a coordenadora pedagógica. Inicialmente apresentamos um breve histórico sobre o processo de inclusão. Em seguida, discutimos sobre o Transtorno do Espectro Autista – TEA, e, por fim, temos a discussão dos resultados da pesquisa e as análises dos questionários aplicados na escola campo de pesquisa. Para executar este trabalho, tomamos como base os principais documentos que regem a inclusão, as leis específicas que garantem os direitos das pessoas com deficiência e alguns estudiosos que abordam o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO; AUTISMO; ENSINO MÉDIO.

ABSTRACT

This text aims at analyzing how the students who suffer from autism are monitored at Abel Freire Coelho High School in Mossoró/RN in the year of 2017. Some professionals who work at the school were asked to fill in a questionnaire. Initially, we presented a brief history about the process of inclusion. After that, we talked a little about Autistic Spectrum Disorder – ASD and finally we discussed the results of the research and we also analyzed the questionnaires applied to teachers at the school. In order to carry out this task, we have used the main laws about inclusion which are specific laws that guarantee the rights of the disabled, as well as other scholars' opinions about the subject.

Keywords: INCLUSION; AUTISM; HIGH SCHOOL.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, atendendo às práticas pedagógicas inclusivas, tem se observado o aumento de crianças com necessidades educacionais especiais em salas de aulas regulares. Considerando que a função social da escola é de promover ambientes escolares democráticos e de respeito aos direitos humanos, faz-se necessário oportunizar vivências pedagógicas que contribuam para que, na prática, a inclusão aconteça.

Nesse sentido, a Educação Inclusiva caracteriza-se como uma política social direcionada e/ou destinada aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NEE. A Declaração de Salamanca é um importante documento que ressalta dentro do seu conceito um grande avanço para as pessoas com deficiência. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO (BRASIL, 2003, p. 17-18):

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, físicas, intelectuais, emocionais, linguística e outras. Devem acolher crianças com deficiência ou bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas.

Dessa forma, a educação inclusiva deve ser entendida como uma modalidade de educação que engloba todos aqueles que, por algum motivo dela, tenham sido excluídos. Por exemplo: crianças com necessidades educacionais, adolescentes pobres, negros, indígenas, imigrantes, entre outros. No que concerne à importância da educação inclusiva, Stainback & Stainback (1999, p. 21) afirmam que:

O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.

Nesse contexto, inserem-se os alunos autistas. Segundo Surian (2010), o Transtorno do Espectro Autista - TEA, conhecido como Autismo, é um distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico, geralmente percebido na infância, antes dos 3 anos de idade, que vem chamando atenção de vários educadores e profissionais da saúde em geral, pela quantidade de necessidades cognitivas, físicas, psicomotoras, entre outras, associadas ao transtorno, como também pela quantidade de sujeitos autistas, já são milhões de crianças em todo o mundo. O

transtorno em questão compromete a comunicação, a interação social e o comportamento muitas vezes repetitivo e isolado.

Entretanto, o TEA leva o aluno autista enfrentar grandes dificuldades de se socializar com os colegas e entender a rotina escolar no dia a dia. Por isso, precisa de um profissional capacitado que dê atenção e apoio específico enquanto o professor desenvolve a aula, ou seja, o aluno autista precisa de um profissional especializado que o ajude a enfrentar e minimizar as barreiras físicas e cognitivas, que em consonância com o docente da sala de aula regular, encontrem a melhor maneira de obter resultados expressivos na sua aprendizagem.

Com relação aos documentos específicos que discorrem sobre a inclusão na esfera nacional, temos a Lei Nº 12.764 de 27/12/2012 (BRASIL, 2012) que rege sobre os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece que aluno autista tenha o direito de um acompanhante especializado. No entanto, na prática, devido aos entraves econômicos, estruturais e funcionais, em muitas redes de ensino, públicas, privadas, municipais ou estaduais, a realidade da educação inclusiva para os alunos autistas é outra, ou seja, há uma grande lacuna entre o que determina as leis (teoria) e a prática, já que nem sempre os espaços educativos conseguem colocar em prática orientações e determinações educacionais inclusivas.

No que diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), também define no capítulo V que a educação para alunos com deficiência deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, assegurando a estes: currículo, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender as suas necessidades e que esses alunos devem perpassar por todos os níveis da educação, desde a infantil até a superior.

Dessa forma, essa pesquisa justifica-se pela intenção de desvendar como é feito o acompanhamento dos alunos autistas no Ensino Médio, uma vez que a maioria dos estudos encontrados no Portal de teses e de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) ¹refere-se à inclusão dos alunos autistas nas séries do fundamental menor. Com isso, espera-se desenvolver uma pesquisa que forneça conhecimentos que colaborem para sanar as dificuldades encontradas para o acompanhamento e inclusão desses alunos no Ensino Médio, etapa final da educação básica.

¹ Banco de Teses e de Dissertações. Disponível em < <http://www.capes.gov.br/component/content/article/36-salainpress/noticias/7934-nova-plataforma-reune-dados-da-capes-e-da-pos-graduacao-brasileira>>. Acesso em 11 jul. 2017.

Em virtude de trabalhar nessa instituição por 9 (nove) anos, e por ser uma das maiores escolas públicas de Ensino Médio da cidade de Mossoró/RN, tendo destaque na região como escola de qualidade, participação em Feiras de Ciências da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA), com projetos apresentados na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (FEBRACE) 2017 e credenciados para Londres, México, Colômbia. Fui provocada no sentido de saber como é feito o acompanhamento dos alunos com NEE.

Dessa maneira, este trabalho foi desenvolvido buscando responder o seguinte questionamento: Como ocorre o acompanhamento dos alunos autistas no Ensino Médio da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho?

Procurando responder o questionamento supracitado, objetivou-se analisar as ações pedagógicas da sala de aula que contribuem para a inclusão dos alunos com autismo no Ensino Médio, como também saber como ocorre esse acompanhamento, uma vez que no Fundamental I (1º a 9º ano) são menos disciplinas e professores, consequentemente contribuindo para um melhor acompanhamento. Diferentemente, percebemos que no Ensino Médio existe uma quantidade maior de disciplinas, alunos por turma e o ritmo das aulas são diferentes, pois várias disciplinas têm apenas uma ou duas aulas por semana. Em consequência disso, é provável que esse acompanhamento e inclusão desses alunos sofram prejuízos.

2 Trajetórias do Acompanhamento de Alunos Autista na Escola Abel Freire Coelho

No rumo da investigação, a pesquisa está organizada em três momentos. O primeiro deles discorre sobre a história da inclusão como suporte para a discussão. Em um segundo momento, é feita uma discussão sobre o Transtorno do Espectro Autista e, por fim, o terceiro momento traz para a discussão os resultados da pesquisa e as análises de questionários aplicados na escola.

2.1 Caminhos Metodológicos

Para alcançarmos os objetivos elencados, realizamos uma pesquisa na escola pública estadual de Ensino Médio, Professor Abel Freire Coelho/ Mossoró/RN. Para a coleta de dados, aplicamos um questionário com um professor de sala regular, com mais tempo de aulas nas turmas da referida instituição, com o professor da sala do AEE, coordenação pedagógica e gestor escolar.

Tal procedimento foi realizado utilizando as palavras chaves: “autismo; inclusão e ensino médio.” No dia 06.05.17 teve como foco as pesquisas realizadas no período de 2013 a 2016, pois, foi quando entrou em vigor a Lei Nº 12.764 27/12/2012. Dentre estes, verificamos que nenhum trabalho foi publicado relacionando o Autismo ao Ensino Médio.

Sobre o perfil da instituição campo de pesquisa, convém afirmar que a Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho é uma instituição pública de Ensino, localizada em um bairro periférico urbano, mais precisamente na rua Dr. João Marcelino, s/n, na cidade de Mossoró/RN, criada pelo Ato 7681/79 e funciona nos turnos matutino e vespertino. A escola foi construída no ano de 1979 e entrou em funcionamento apenas no ano de 1980.

Imagem 1: Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho



Fonte: Arquivos da pesquisadora. COSTA, E. M.

A escola possui uma área total de 2.388.612 m², tendo um total de 511.072m² de área construída. É dividida em 4 blocos: 3 de salas de aula e 1 administrativo. Sendo 24 salas de aula uma sala de vídeo, uma sala de AEE e salas para diretoria, secretaria, arquivo, professores, biblioteca, laboratório de informática, depósito, almoxarifado, cozinha, o Grêmio, digitação e impressão, coordenação pedagógica, Departamento de Educação Física, cozinha, artes, laboratório de Química, laboratório de Física, laboratório de matemática, sala de humanas, sala de línguas, laboratório de Biologia; 32 banheiros e um auditório e miniauditório. A referida escola atende, atualmente, a 971 alunos, sendo 784 no matutino e 817 no vespertino; alunos oriundos de diferentes bairros e classes sociais.

Nesse contexto, surge a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ano de 2001, pela necessidade de atender alunos com NEE da escola que a cada ano aumenta o número de alunos. Hoje, no ano de 2017, são atendidos 20 alunos com necessidades especiais, sendo um com diagnóstico confirmado de autismo e dois em análise. Atualmente, duas professoras fazem o atendimento na sala. Somente uma tem Especialização em AEE, a outra tem graduação em Pedagogia e recentemente precisou tirar uma licença médica, sendo

os alunos atendidos no seu turno encaminhado para o Centro Regional de Educação Especial - (CREEMOS) temporariamente.

Imagem 2: Sala de AEE da Escola Abel Freire Coelho



Fonte: Arquivos da pesquisadora. COSTA, E. M.

Esta pesquisa é qualitativa na medida em que se busca responder a questão levantada como base na realidade da escola, de forma a entender como se processa a inclusão de alunos com NEE na rede regular de ensino. Sobre esse tipo de abordagem, Godoy (1995, p. 4) afirma que ela “[...] se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques”.

Além de fazer uma investigação de campo e bibliográfica sobre os conceitos norteadores da discussão em relação ao autismo/inclusão e de possíveis pesquisas estudos/pesquisas voltadas especificamente para o processo de inclusão de alunos autistas no Ensino Médio.

2.2 Breve Histórico Sobre o Processo De Inclusão

De modo geral, inclusão escolar é acolher todas as pessoas, no sistema de ensino, independentemente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas, sem exceções ou distinções. Com isso, muito tem se discutido sobre a inclusão educacional e como fazer os direitos das pessoas com deficiência.

A historicidade da inclusão evidencia que esta atravessou diferentes fases em diferentes épocas e culturas. Na Antiguidade e na Idade Média, por exemplo, as pessoas com deficiências eram vistas como possuidoras de algumas forças do “bem” ou do “mal”. Esses indivíduos eram, muitas vezes, abandonados sem chance ou direito ao convívio social.

Com a chegada do Cristianismo, as pessoas com deficiências passaram a ter direito a sobrevivência e eram acolhidas com sentimentos de caridade e misericórdia em conventos, igrejas e representavam indivíduos que estavam sob a proteção especial de Deus.

Em todas as culturas, as pessoas com deficiências sempre foram consideradas como alguém fora dos padrões normais pela visão da sociedade, que também desde sempre ditou critérios para a normalidade. A sociedade atravessou diversas fases referentes às práticas sociais relacionadas às pessoas com deficiência. Dentre elas, destacam-se: a exclusão social, o atendimento segregado, a integração social, e, finalmente, a inclusão social. Sassaki (2006) discute sobre cada uma delas:

- **Fase de Exclusão:** período em que as pessoas com deficiências eram ignoradas ou rejeitadas pela sociedade.
- **Fase da Segregação Institucional:** neste período, as pessoas com necessidades especiais eram levadas para instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.
- **Fase da Integração:** período em que algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, desde que passassem por testes de inteligência e se adaptassem a sociedade.
- **Fase de Inclusão:** todas as pessoas com necessidades especiais devem ser incluídas em classes comuns, sendo que os ambientes e procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

Ao analisarmos essas fases, percebemos que um longo caminho foi percorrido até que se iniciasse de fato o processo de inclusão, a qual consiste na inserção das pessoas com deficiência na sociedade, independente de suas especificidades, ou habilidades, estas podem se preparar ou se adaptar para assumir diferentes papéis na sociedade.

No Brasil, a fase da inclusão já vem sendo comentada e discutida desde a nossa Carta Magna - a Constituição Federal (CF), de 1988, a qual descreve no Artigo 205, que “[...] a educação é direito de todos e dever do estado”; e no Artigo 208; inciso III respalda a responsabilidade do Estado para com o atendimento escolar da pessoa com deficiência, afirmando que “[...] o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Este atendimento possibilita ao educando o acesso ao currículo e aos recursos especializados que facilitarão o desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem.

A Declaração Mundial de Educação para todos (1990) também reafirma o direito que todos devem ter à educação. Outro documento legal de destaque é a Declaração de Salamanca (1994), elaborado na Conferência que ocorreu na Espanha, sobre princípios, política e prática em Educação Especial. Esta diretriz proclama que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; (...) aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades (BRASIL, 1994 p.01).

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei. N.9.394/96 define a educação especial como sendo uma modalidade de educação escolar voltada formação do indivíduo. Além dos já citados, esses referenciais legais fundamentam-se em outros documentos oficiais, tais como:

- A Declaração Mundial dos Direitos Humanos (1984), que assegura o direito de todos à educação;
- Lei N. 7.853/9, a qual cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE) que define crimes de violação aos direitos do segmento;
- A Carta de Jomtien, Tailândia (1990), que é a matriz da Política Educacional de Inclusão;
- A LDB que assegura aos educandos com necessidades educacionais especiais uma plena assistência em toda e qualquer instituição de ensino;
- Diretrizes Nacionais de Educação Especial na Educação Básica (2011), que determina as escolas a se organizarem para o atendimento nas classes comum de acordo com a política de inclusão.

O processo de debates que constitui a educação inclusiva em nosso país tem avançado e avança de uma maneira significativa. No entanto, faz-se necessário o conhecimento e a fiscalização por parte da sociedade, a fim de que nosso país não se torne apenas eminentemente reconhecido pela elaboração de tantos documentos importantes, mas pela real aplicação destes.

A inclusão educacional depende tanto de políticas inclusivas quanto de práticas pedagógicas eficazes na construção do conhecimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Nessa ótica de discussão, Mantoan e Prieto (2006, p.16) afirmam que:

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços. Ligada a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas de segregadoras de ensino especial e regular.

É preciso pensar a escola como espaço pedagógico e inclusivo voltado para atender crianças em seu desenvolvimento pleno, incluindo aquelas com necessidades educacionais específicas, respeitando as particularidades de cada uma.

Ainda sobre o processo de inclusão, Mantoan e Prieto (2006, p.23) afirmam que:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação.

Apesar de tantos documentos que conduzem a educação inclusiva, sabemos que os alunos com e sem deficiência ainda são excluídos das escolas comuns. Há, ainda, a considerar outras barreiras que impedem a transformação de nossas escolas como espaços inclusivos: o despreparo por falta de alguns professores, coordenadores, gestores; a ignorância de muitos pais e até mesmo o medo de conhecer o diferente.

Dessa forma, a escola inclusiva precisa de apoio e parceria para enfrentar as dificuldades e assegurar não só o acesso, mas também a permanência e o prosseguimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

2.3 Conhecendo o Autismo

A partir do último Manual de Saúde Mental – DSM-5, que é um guia de classificação diagnóstica, o Autismo e todos os distúrbios, incluindo o transtorno autista, transtorno desintegrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não especificado (PDD-NOS) e Síndrome de Asperger, fundiram-se em um único diagnóstico chamado Transtornos do Espectro Autista – TEA.

Historicamente, a expressão autismo foi utilizada pela primeira vez por Bleuler, em 1911, para designar a perda do contato com a realidade, o que acarretava uma grande dificuldade ou impossibilidade de comunicação (BRASIL, 2010). Já Kanner, em 1943, usou a mesma expressão para descrever 11 crianças que tinham em comum comportamento bastante original. Em 1944, Asperger descreveu casos em que havia algumas características semelhantes ao autismo em relação às dificuldades de comunicação social em crianças com inteligência normal (BRASIL, 2010).

Depois desses estudiosos, vários outros continuaram suas pesquisas sobre os transtornos do desenvolvimento humano, e atualmente o autismo é considerado um Transtorno Global do Desenvolvimento. Os Transtornos Globais do Desenvolvimento caracterizam-se por um comprometimento grave e global em diversas áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social, habilidades de comunicação ou presença de estereotípias de comportamento, interesses e atividades restritas. No que diz respeito à definição de autismo, Braga Júnior (2015, p. 15) afirma que:

[...] o transtorno autista, ocorre antes dos 3 anos de idade, as manifestações do transtorno na primeira infância são mais sutis e mais difíceis de definir do que observar após os 2 anos. Tal transtorno costuma se constituir progressivamente, porém, normalmente, observa-se melhor seus traços por volta de dois a três anos de idade. Quanto mais cedo se descobrir, mais recursos se poderão usar para estimular o sujeito.

Crianças dentro do TEA enfrentam grandes dificuldades no ambiente escolar, uma vez que elas apresentam interesses estereotipados e restritos, aderência inflexível a rotinas ou rituais disfuncionais, interesse intenso e persistente por partes de objetos. A inabilidade social dificulta a interação com demais e também a dificuldade de brincar de faz de conta ou usar a imaginação.

2.4 Inclusão Escolar de Alunos com Autismo

A entrada e a inclusão escolar dos alunos autistas são ideais para propiciar experiências benéficas no melhoramento da interação, comunicação e comportamento, quando acontecem de maneira adequada. No entanto, muitas vezes, a colaboração entre pais, professores e profissionais de saúde não acontece, dificultando, assim, os avanços na aprendizagem desses alunos. Algumas dificuldades mencionadas para a inclusão desses alunos segundo Surian (2010) são:

- *Identificação*: muitas crianças com autismo não são diagnosticadas corretamente, com isso, suas dificuldades são minimizadas e não lhes são proporcionadas nenhum tipo de ajuda especial.
- *Pessoal qualificado e adequadamente informado*: mesmo quando são certificadas, as crianças com autismo são geralmente acompanhadas por pessoal sem competência específica com relação às estratégias a serem adotadas. Os professores são muitas vezes, deixados na ignorância do trabalho desenvolvido pelo pessoal clínico e, portanto, não podem tirar

vantagem de eventuais informações existentes sobre o funcionamento mental e competências linguísticas da criança.

- *Truculência*: a criança com autismo é a vítima ideal de atos de truculência por causa dos comportamentos bizarros, do déficit social e, para algumas, também do transtorno motor.
- *Falta de ambientes adequados*: os programas de intervenção psicoeducacional mais desenvolvidos indicam a importância de se dispor de mais ambientes para as várias atividades e de decorar os ambientes de forma a facilitar o uso dos indicadores visuais.

Para amenizar essas dificuldades é necessário investimentos na capacitação de professores, contratação de acompanhantes especializados, ampliação das salas de atendimento educacional especializado para cada escola básica de ensino do país, entre outras medidas.

Há necessidades de orientar os professores, tornando-os capacitados a identificar corretamente as necessidades de seus alunos com autismo, também investimentos em infraestrutura e equipamentos adequados na escola. Apesar de não existir uma metodologia formal para inclusão de crianças autistas, muitas delas conseguem aprender ler e escrever, porém, o processo de ensino é demorado, já que requer tempo, atenção. Isso depende muito do perfil de cada aluno.

De acordo com Camargo e Bosa (2009, p. 24),

O processo de inserção de alunos com transtorno do espectro autista é promovido a partir da vivência compartilhada entre as crianças com esse transtorno e as tidas como normais na escola, pois destacam, ainda, que os contatos sociais favorecem o desenvolvimento de ambas, na medida em que passam a conviver e aprender com as diferenças. Para que tais interações ocorram é necessário investimento de toda comunidade escolar na promoção de situações que favoreçam essa demanda, pois a simples inserção desse aluno com transtorno, na escola regular comum não garante que ele participe desse ambiente de maneira integral. Além da convivência social, a escola deverá garantir respostas que possibilitem ao aluno com transtorno do espectro autista avançar academicamente, tendo em vista que o fará em tempos e ritmos diferentes.

A lei dos direitos da pessoa autista (Lei N. 12.764 de 27/12/2012), também ratifica em seu artigo 2ª importância de professores capacitados: “[...] o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis” (BRASIL, 2012, p. 5).

Percebe-se a importância da inclusão das crianças com autismo nas escolas regulares para promover experiências de socialização de atividades diárias, tornando-as o mais

independente possível. Nesse contexto, o relacionamento professor-aluno é de suma importância para que a escola e o processo educativo sejam significativos para estes alunos.

2.4. Resultados e Análises dos Questionários

A partir da análise dos questionários, foi possível identificar dados de como vem sendo feito o acompanhamento dos alunos com espectro autista na escola investigada. Quando se fala em inclusão no Ensino Médio, procura-se observar todo um contexto de uma sala de aula desse período. Nessa fase, por exemplo, são em média 12 disciplinas, turmas com até 40 alunos e professores que trabalham em mais de uma escola. Como esses professores acompanham esses alunos?

No geral, relatos entre professores nos planejamentos ou semanas pedagógicas citam que uma das saídas tomadas é colocar a média da escola, uma vez que não tiveram uma formação específica aprovam os alunos sem eles terem alcançados os objetivos daquelas disciplinas, simplesmente por serem especiais e também para que esses alunos avancem, muitas vezes, por ser mais cômodo, outras vezes, por falta de tempo, pois algumas disciplinas têm apenas uma aula por semana, como filosofia, sociologia, espanhol, ou até mesmo por falta de conhecimento de como dar uma assistência melhor a esses alunos.

As pessoas entrevistadas da referida escola foram a professora da sala do AEE, a coordenadora pedagógica, o professor de matemática e a diretora da escola. A professora da sala AEE, no início do ano letivo, fez um momento de explanação para todos os professores da escola sobre o que é feito no AEE, quais as principais leis que o fundamenta e também apresentou o quadro dos alunos com NEE (2017), fazendo uma breve explicação sobre cada tipo de deficiência. No tocante aos questionários, trechos dessas respostas foram agrupados em perguntas, as quais foram organizadas da seguinte forma:

(a) Quais são as maiores dificuldades encontradas para o acompanhamento desses alunos?

“O AEE no contra turno. Como o aluno é acompanhado pelo CREEMOS, não disponibiliza de tempo para vir a escola. Então, o acompanhamento depende do relato dos professores” (PROFESSORA DO AEE).

“Identificar as estratégias que melhor atenda cada aluno em sua especificidade” (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

“Fazer um acompanhamento adequado, como deve ser feito” (DIRETORA DA ESCOLA).

“A quantidade de aluno por sala e a falta de conhecimento sobre a deficiência do aluno” (PROFESSOR DE MATEMÁTICA).

É possível identificar através do discurso dos entrevistados diferentes compreensões sobre a inclusão do estudante com TEA, mais especificamente sobre a inserção deste estudante no Ensino Médio. É importante destacar que todos os discursos reconhecem que existem dificuldades, mas cada profissional as percebe de maneiras diferentes. Como postula Bedaque (2015, p. 22):

Em suma, realizar um sistema educacional inclusivo no nosso país requer mudanças significativas de concepções e ações consistentes que envolvam todos os agentes e, principalmente, políticas públicas que, de fato, busquem melhoria de qualidade de vida de todas as pessoas atreladas ao desenvolvimento social que tenha como princípio a dignidade humana.

(b) Como é feita as avaliações por parte dos professores com esses alunos?

“As avaliações seguem o padrão normal da escola. Trabalhos em grupos, simulados, apresentações, etc.” (PROFESSORA DO AEE).

“As avaliações são oportunizadas juntamente com os demais alunos em sala de aula.” (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

“O aluno faz as mesmas avaliações dos demais colegas, como o professor é conhecedor da deficiência do aluno, há uma compensação de modo que o aluno mantenha-se na média.” (DIRETORA DA ESCOLA).

“Junto com os alunos da turma dele” (PROFESSOR DE MATEMÁTICA).

Sobre como são feitas as avaliações com esse aluno, todos foram unânimes em afirmar que não há nenhuma adaptação.

A LDBN nº 9.394/1996 assegura esse direito a pessoas com deficiência, indicando mudanças substanciais no currículo, na estrutura física, no pedagógico, para incluir com qualidade estes indivíduos. A avaliação, nesse contexto, deveria assumir características diferentes, uma vez que a proposta é atender as necessidades específicas de cada aluno, tendo como objetivo facilitar, garantir e oferecer oportunidades de escolarização para os alunos que não acompanham, por diversas razões, o ensino comum. Mesmo o aluno da referida escola sendo diagnosticado com autismo leve, provavelmente há disciplinas que ele não conseguirá acompanhar, sendo, portanto, necessária uma adaptação.

c) Ocorre alguma adaptação do currículo escolar para o acompanhamento desses alunos?

“Não. Não se faz necessário” (PROFESSORA DO AEE).

“A adaptação é feita somente na forma de avaliar, mas as atividades são as mesmas dos demais alunos” (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

“Somente nas estratégias ao avaliar” (DIRETORA DA ESCOLA).

“Não. O currículo é o mesmo para todos” (PROFESSOR DE MATEMÁTICA).

Uma escola para todos requer uma dinamicidade no fazer pedagógico que permita a flexibilidade curricular, atendendo às necessidades dos alunos. De acordo com o Ministério da Educação – MEC (BRASIL, 2000, p. 7), as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível.

(c) Que tipo de ação pode ser sugerida no sentido de se tornar eficaz a inclusão do aluno nesse período escolar?

“Tudo gira em torno do conhecimento/ entendimento. Então ações de sensibilização e esclarecimento sobre o assunto facilitam a inclusão do aluno autista” (PROFESSORA DA AEE).

“Formação complementar aos professores, estratégias de ensino” (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

“Capacitação dos professores” (DIRETORA DA ESCOLA).

“O acompanhamento por parte de alguém capacitado para fazer a ponte entre o professor e o aluno” (PROFESSOR DE MATEMÁTICA).

Tendo por base as respostas dos entrevistados, inferimos que a escola tem trabalhado mais a parte de inclusão e socialização desse aluno. Além da socialização, os professores partilham dos mesmos conteúdos que os demais. A escola deverá garantir respostas que possibilitem ao aluno dentro do TEA avançar academicamente, tendo em vista que o fará em tempos, modos e ritmos diferentes. Para isso, Braga Junior (2015) afirma que o acompanhamento das pessoas com transtorno do espectro autista requer uma intervenção interdisciplinar. E para que tais interações ocorram, é necessária a colaboração de toda comunidade escolar em relação à promoção de situações que favoreçam essa demanda, pois a simples inserção desse aluno com transtorno na escola regular comum não garante que ele participe desse ambiente de maneira integral e inclusivo.

O Ensino Médio é a etapa final da educação básica. Assim, quando um aluno com NEE chega a essa fase, esse acompanhamento deve ser reforçado no sentido de valorizar o avanço intelectual, social do jovem tanto no que se refere à continuidade dos estudos como na

compreensão e participação do espaço em que convive, contribuindo para um possível acesso ao mundo do trabalho ou até mesmo um maior exercício de cidadania.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término dessa pesquisa, conclui-se que a inclusão dos alunos com TEA na fase do Ensino Médio ainda consiste em um grande desafio, assim como concretizar, realmente, todo o processo de inclusão, pois envolve mudanças na educação, na escola e na sociedade em geral. É necessário que os profissionais da educação estejam engajados em conhecer as necessidades especiais dos alunos, capacitando-se para estimular o desenvolvimento e a superação das limitações e dos obstáculos enfrentados pelos mesmos.

O acompanhamento dentro do TEA na referida escola é feito no geral, trabalhando a inclusão e socialização do aluno nas atividades globais da escola (simulados, provas e trabalhos), independente que o aluno acompanhe ou não todas as disciplinas do Ensino Médio. Por ser uma escola com um grande número de alunos com NEE, nem sempre é possível fazer um trabalho diferenciado para cada necessidade específica.

Portanto, esta pesquisa procura estimular as discussões, afim de que em trabalhos futuros possam ampliar a pesquisa para outras escolas e realidades, contribuindo para que o Ensino Médio seja, realmente, um espaço de inclusão e não somente os alunos com TEA, mas todos os alunos com NEE sejam estimulados a continuarem seus estudos nessa fase tão importante da vida estudantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>>. Acesso em 09 jun. 2017.

_____. **Declaração de Salamanca**. São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos/USP, 2003.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em 25 mai. 2017.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: nº 9394/96. Brasília, 1996.

_____. **Decreto-lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto Constitucional Promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento educacional especializado.** Mossoró, 2015.

BRAGA JUNIOR, Francisco Varder.; BELCHIOR, Michelle Sales.; SANTOS, Sarah Tales dos. **Transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superlotação e atendimento educacional especializado.** Mossoró, 2015.

BOSA, C. & CALLIAS, M. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 1, p. 167-177, 2000.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher.; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 25 mai. de 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.

RIBAS, Cíntia Cargnin Cavalheiro.; FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Manual de metodologia**. OPET. 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér.; PRIETO, Rosângela Gavioli.; ARANTES, Valéria Amorim. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo; Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

STAINBACK, William; STAINBACK, Susan. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SURIAN, Luca. **Autismo: Informações essenciais para familiares, educadores e profissionais de saúde**. Tradução: Cacilda Rainho Ferrante. São Paulo 2010.